

L E I Nº 1.361/79

Data: 27 de junho de 1979.

Súmula: Reformula o Código de Posturas e Obras.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

TÍTULO I
CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Artigo 1º - Este Código contém as medidas de polícia, administrativa a cargo do Município de Bandeirantes, em matéria de higiene, segurança, ordem pública, funcionamentos dos estabelecimentos comerciais, industriais, de produção e de prestação de serviços, instituindo as necessárias relações entre o Poder Público e os Municípios e dá outras providências.

Artigo 2º - Ao prefeito e, em geral, aos funcionários municipais incumbe velar pela observância dos preceitos deste Código.

Artigo 3º - Aplicam-se aos casos omissos as disposições concernentes aos análogos e, não as havendo, os princípios gerais de Direito.

CAPÍTULO II

Das Infrações e das Penas

Artigo 4º - Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras Leis, Resoluções ou Atos Baixados pelo Governo Municipal no uso de seu poder de polícia.

Artigo 5º - Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração e, ainda, os encarregados da execução das Leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de atuar o infrator.

Artigo 6º - A pena, além de impor a obrigação de fazer ou não fazer, será pecuniária e consistirá em multa.

Artigo 7º - A penalidade pecuniária será judicialmente executada se, imposta de forma regular e pelos meios hábeis, o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo legal.

§ 1º - A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em dívida ativa e cobrada judicialmente.

§ 2º - Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão receber quaisquer garantias ou crédito que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrências, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

Artigo 8º - As multas serão aplicadas em grau mínimo, médio ou máximo.

Parágrafo Único - Na imposição da multa e para graduá-la ter-se-á em vista:

- 1 - A maior ou menor gravidade da infração;
- 2 - As suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- 3 - Os antecedentes do infrator com relação às disposições deste Código.

Artigo 9º - Nas reincidências, as multas serão cobradas em dobro, observado o limite legal.

Parágrafo Único - Reincidente é o que violar preceito deste Código ou de outras Leis, Decretos e Regulamentos e por cuja infração já tiver sido atuado e punido.

Artigo 10 - A penalidade a que se refere este Código não isenta o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração, na forma estabelecida pelo Código Civil.

Parágrafo Único - Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência que a houver determinado.

Artigo 11 - Nos casos de apreensão, os objetos apreendidos serão recolhidos ao depósito da Prefeitura, quando a isto não se prestarem os objetos

ou a apreensão se realizar fora da cidade, poderão ser depositadas em mãos de terceiros ou do próprio detentor, se idôneo, mediante termo de depósito.

Parágrafo Único – A devolução, mediante termo de entrega, dos objetos apreendidos far-se-á depois de pagas as multas que tiverem sido aplicadas e de indenizada a Prefeitura das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito.

Artigo 12 – No caso de não serem reclamados e retirados dentro do prazo de 30 (trinta) dias, os objetos apreendidos serão vendidos em leilão pela Prefeitura, sendo aplicada a importância apurada na indenização das multas e despesas de que trata o artigo anterior e entregue qualquer saldo ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado.

§ Funcionará como leiloeiro funcionário estatutário designado pelo Prefeito Municipal.

§ 2º - Precederão ao leilão a intimação pessoal do infrator com a antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas, quando residindo nesta cidade, e sendo conhecido seu endereço, for nele encontrado, e a afixação de edital, no lugar de costume, com a antecedência mínima de cinco (5) dias.

Artigo 13 – Quando a apreensão recair sobre produtos facilmente deterioráveis poderá a Prefeitura, pelo Diretor da Fazenda, efetuar a venda, mediante prévia avaliação, feita por 2 (dois) funcionários estatutários designada pelo Prefeito, sendo que a quantia apurada será aplicada na forma indicada no artigo anterior.

§ 1º - a Venda será feita com observância do disposto no § 2º do artigo anterior, reduzido o prazo do Edital para o mínimo de um (1) e o máximo de dois (2) dias.

§ 2º - Verificado que os produtos apreendidos não se prestam para o consumo, proceder-se-á sua eliminação, mediante a Lavratura de termo próprio.

Artigo 14 – Não são diretamente passíveis das penas definidas neste Código:

I – Os incapazes, na forma da Lei;

II – Os que forem coagidos a cometer a infração.

Artigo 15 – Sempre que a infração for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá:

I – Sobre os pais, tutores ou pessoas sob cuja guarda estiver o menor;

II – Sobre o curador ou pessoa cuja guarda estiver o incapaz;

III – Sobre aquele que der causa à contravenção forçada.

Artigo 16 – A infração de qualquer disposição para a qual não haja penalidade expressamente estabelecida neste Código, será punida com multa de 1 (um) décimo a 3 (três) vezes o valor da Unidade Padrão Fiscal de Bandeirantes, exigida em dobro nas reincidências.

CAPÍTULO III

Dos Autos de Infração

Artigo 17 – Auto de infração é o instrumento por meio do qual a autoridade Municipal apura a violação de disposições deste e dos demais Códigos, Leis, Decretos e Regulamentos do Município, para os quais não se tenha estabelecido forma própria de processamento e execução.

Artigo 18 – Dará motivo a lavratura de auto de infração qualquer violação das normas dos Códigos e demais atos previstos no artigo anterior, que for levada ao conhecimento do órgão responsável, por servidor municipal ou cidadão que a presenciar. A comunicação será acompanhada de prova ou devidamente testemunhada, podendo ser tomada por termo.

Parágrafo Único – Recebida a comunicação, a autoridade competente ordenará, sempre que couber, a lavratura do auto de infração.

Artigo 19 – São autoridades para lavrar o auto de infração os fiscais e outros funcionários para isso designados ou cuja atribuição lhes caiba por força da própria função ou de regulamento.

Artigo 20 – O auto de infração será confirmado pelo Diretor da Fazenda ou seu substituto em exercício, dando-se ciência ao Prefeito Municipal.

Artigo 21 – Os autos de infração obedecerão a modelos especiais e conterão, obrigatoriamente:

I – O dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado;

II – O nome de quem o lavrou, relatando-se com toda clareza o fato constante da infração e os pormenores que possam servir de atenuante ou de agravante à ação;

III – O nome do infrator, sua profissão, Estado Civil, idade e residência;

IV – A disposição infringida, a intimação do infrator para pagar as multas devidas ou apresentar defesa e prova nos prazos previstos,

V – A assinatura de quem o lavrou, do infrator e duas testemunhas capazes, se houver.

§ 1º - As omissões ou incorporações do auto não acarretarão sua nulidade quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 2º - A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do ato, não implica em confissão, nem a recusa agravará a pena.

Artigo 22 – Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa averbada no mesmo pela autoridade que o lavrar.

CAPÍTULO IV

Do Processo de Execução

Artigo 23 – O infrator terá o prazo de 7 (dias), contados da lavratura do auto de infração, para apresentar defesa, devendo fazê-lo por meio de requerimento dirigido ao prefeito.

Artigo 24 – Julgada improcedente ou não sendo a defesa apresentada no prazo previsto, será imposta a multa ao infrator, o qual será intimado a recolhê-la dentro do prazo de cinco (5) dias, contados da intimação.

Parágrafo Único – Far-se-á a intimação pessoal do infrator quando, residindo na cidade e sendo conhecido o seu endereço, for nele encontrado; fora desses casos, a intimação será feita pela afixação de edital no lugar de costume.

Artigo 25 – Quando a pena, além da multa, determinar a obrigação de fazer ou desfazer qualquer obra ou serviço, será o infrator intimado dessa obrigação, fixando-se um prazo máximo de até 30 (trinta) dias para o início do seu cumprimento e prazo razoável para a sua conclusão.

§ 1º - Desconhecendo-se o paradeiro do infrator, far-se-á a intimação por meio de edital publicado na imprensa local ou afixado no lugar de costume.

§ 2º - Esgotados os prazos sem que tenha o infrator cumprido a obrigação, a Prefeitura, pelo seu órgão competente, observadas as formalidades legais, providenciará a execução da obra ou serviço, cabendo ao infrator indenizar o seu custo, acrescido de 30% (trinta por cento), a título de administração, prevalecendo para o pagamento prazo fixado no artigo 24 deste Código.

TÍTULO II

DA HIGIENE PÚBLICA

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 26 – A fiscalização sanitária abrangerá especialmente:

- I – A higiene e limpeza das vias públicas;
- II – A higiene das habitações particulares e coletivas;
- III – O controle da água e do sistema de eliminação de dejetos;
- IV – O controle da poluição ambiental;
- V – A higiene da alimentação;
- VI – A higiene dos estabelecimentos em geral;
- VII – A higiene das piscinas de natação;

VIII – A limpeza e desobstrução dos cursos de água e de valas.

Artigo 27 – Em cada inspeção em que for verificada irregularidade apresentará o funcionário competente um relatório circunstanciado, sugerindo medidas ou solicitando providências a bem da higiene pública.

Parágrafo Único – A Prefeitura tomará as providências cabíveis ao caso, quando o mesmo for da alçada do Governo Municipal, ou remeterá relatório circunstanciado às autoridades federais ou estaduais competentes, quando as providências necessárias forem da alçada das mesmas.

CAPÍTULO II

Da Higiene das Vias Públicas

Artigo 28 – Os serviços de limpeza de ruas, praças e demais logradouros públicos serão executados diretamente pela Prefeitura, ou por concessão dos serviços a empresas especializadas, mediante autorização em Lei Especial.

Artigo 29 – Os moradores, os comerciantes e os industriais estabelecidos na cidade, nas Vilas e nos povoados, serão responsáveis pela limpeza do passeio fronteiro às suas residências ou estabelecimentos.

§ 1º - A lavagem ou varredura de passeio deverá ser efetuada em hora conveniente e de pouco trânsito.

§ 2º - É absolutamente proibido, em qualquer natureza para os ralos dos logradouros públicos.

Artigo 30 – É proibido fazer varreduras do interior dos prédios, dos terrenos e dos veículos para a via pública, e bem assim despejar ou atirar papéis, detritos ou quaisquer resíduos sobre o leito das ruas, nos logradouros públicos ou em terrenos ermos.

Artigo 31 – A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou embaraçar o livre escoamento das águas pelas galerias pluviais, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, alterando, danificando ou obstruindo tais condutores.

Artigo 32 – Para preservar de maneira geral a higiene pública, fica terminantemente proibido:

I – Lavar roupas, veículos e animais em logradouros públicos;

II – Consentir no escoamento da água, servida ou não, das residências e dos estabelecimentos comerciais e industriais para a Rua;

III – Conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das vias públicas;

IV – Queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo, detritos ou quaisquer materiais em quantidade capaz de molestar a vizinhança ou por em risco a segurança das habitações vizinhas;

V – Aterrar vias públicas com lixo, materiais ou quaisquer detritos;

VI – Conduzir para a cidade, vilas ou povoados, doente portador de moléstia infecto contagiosa, salvo com as necessárias precauções de higiene e para fins de tratamento.

Artigo 33 – É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular e as dos tanques públicos, chafarizes e similares.

Artigo 34 – Aos infratores do presente capítulo será imposta a multa de um décimo a três vezes da Unidade Padrão Fiscal de Bandeirantes, sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos pela legislação comum.

CAPÍTULO III

Da Higiene das Habitações

Artigo 35 – Os prédios sem revestimento nobre, residenciais ou destinados à produção, comércio, indústria e prestação de serviços, situados na sede do Município, deverão ser caiados de três em três anos, ou pintados de cinco em cinco anos, no mínimo, salvo exigências especiais das autoridades sanitárias.

§ 1º - Se o revestimento dos prédios é nobre, sua limpeza deverá ocorrer de cinco em cinco anos, no mínimo.

§ 2º - O material a ser utilizado para a caiação e pintura não poderá ser do tipo refletivo ou ofuscante.

Artigo 36 – Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios e terrenos.

Artigo 37 – Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato ou servindo de depósito de lixo, dentro dos limites da cidade, das vilas e dos povoados.

§ 1º - Aos proprietários de terrenos nas condições previstas neste artigo será concedido o prazo de 15 (quinze) dias a partir da intimação que se fará nos termos do parágrafo único do artigo 24, para que procedam à sua limpeza e, quando for o caso, a remoção do lixo neles depositado.

§ 2º - Expirado o prazo, a Prefeitura precederá os serviço de limpeza e remoção do lixo, exigindo dos proprietários, além da multa calculada na base de 5% (cinco por cento) sobre a Unidade Padrão Fiscal de Bandeirantes, a Taxa de administração na base de 30% (trinta por cento) sobre o valor dos serviços realizados.

Artigo 38 – O lixo das habitações e dos estabelecimentos de produção , comércio, indústria e de prestação de serviços, será colhido em vasilhame ou latões apropriados, providos de tampa, em sacos plásticos ou através de outro processo previamente aprovado pela Prefeitura, para ser removido pelo serviço de limpeza pública.

Parágrafo Único – Não serão considerados como lixo os resíduos de fábricas e oficinas, os restos de materiais de construção, os entulhos provenientes de demolições, as palhas e outros resíduos das casas comerciais, bem como terra, folhas e galhos dos jardins e quintais particulares, os quais serão removidos à custa dos respectivos inquilinos ou proprietários.

Artigo 39 – Os Edifícios de apartamentos e os prédios de habitação coletivo deverão ser dotados de instalação coletora de lixo convenientemente disposta, perfeitamente vedada e dotada de dispositivos para limpeza e lavagem.

Artigo 40 – Nenhum prédio situado em via pública dotada de rede de água e esgotos poderá ser habitado sem que disponha dessas utilidades e seja provido de instalações sanitárias.

Parágrafo Único – Os prédios de habitação coletiva terão abastecimento d'água e instalações sanitárias em número proporcional ao de seus moradores.

Artigo 41 – É proibido, nos quintais, pátios e terrenos da cidade, vilas e povoados, o plantio e as conservações de plantas que possam causar vítimas ou danos às propriedades.

Parágrafos Únicos – Os proprietários compreendidos neste artigo terão o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação, para removerem as plantas e árvores tidas como nocivas ou prejudiciais, fundo o qual o trabalho de remoção será feito pela Prefeitura, cobrando do proprietário do imóvel a importância correspondente ao valor dos serviços executados, com acréscimo de 30% (trinta por cento) a título de administração.

Artigo 42 – É expressamente proibida, dentro dos limites da cidade, das vilas e dos povoados, a instalação de atividades que, pela emanção de fumaça, poeira, odores, ruídos incômodos, ou que por qualquer outro motivo, possam comprometer a salubridade das habitações vizinhas, a saúde e o bem-estar de seus moradores.

Artigo 43 – As chaminés de qualquer espécie de fogões de casas particulares e de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem ou outros resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos.

Parágrafo Único – A critério da Prefeitura, as chaminés poderão ser substituídas por aparelhos que produzam idêntico efeito.

Artigo 44 – A Prefeitura, visando o interesse público, adotará medidas convenientes no sentido de extinguir, gradativamente, as favelas e as residências insalubres, consideradas como tais as caracterizadas nos regulamentos sanitários e especialmente as:

- I – Edificadas sobre terrenos úmidos ou alagadiços;
- II – Com cômodos insuficientemente arejados ou iluminados;
- III – Com superlotação de moradores;
- IV – Com porões servindo simultaneamente de habitação para pessoas, aves ou animais, ou como depósito de materiais de fácil decomposição;
- V – Em que haja falta de asseio em geral no seu interior e dependências;

VI – Que não possuam abastecimento de água suficiente ao consumo e instalações sanitárias;

VII – Que tenham sido construídas com material impróprio ou inadequado, favorecendo a proliferação de insetos.

Artigo 45 – Serão vistoriadas pelo órgão competente da Prefeitura as habitações suspeitas de insalubridade, a fim de se verificar:

I – Aquelas cuja insalubridade possa ser removida com relativa facilidade, caso em que serão intimados os respectivos proprietários ou inquilinos a efetuarem prontamente os reparos devidos, podendo fazê-lo sem desabitá-las;

§ 1º- Nesta última hipótese, o proprietário ou inquilino será intimado a fechar o prédio dentro do prazo que venha a ser estabelecido pela Prefeitura, não podendo reabri-lo antes de executados os melhoramentos exigidos.

§ 2º - Quando não for possível a remoção da insalubridade do prédio, devido à natureza do terreno em que estiver construído ou outra causa equivalente e no caso de iminente ruína, com prejuízo para a segurança, será o prédio interditado e definitivamente condenado.

§ 3º - O prédio condenado não poderá ser utilizado para qualquer finalidade.

Artigo 46 – Exceto nos casos do artigo 37 e seus parágrafos, os infratores das disposições constantes do presente capítulo incorrerão na multa prevista no artigo 16 deste Código, sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos pela legislação comum.

CAPÍTULO IV

Da Higiene da Alimentação

Artigo 47 – A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado, severa fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo Único – Para os efeitos deste Código, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias, sólidas ou líquidas, destinadas a ser ingeridas pelo homem, excetuados os medicamentos.

Artigo 48 – Não será permitida a produção, exposição ou venda de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à

saúde, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da fiscalização e removidos para local destinado à inutilização dos mesmos.

§ 1º - A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possam sofrer em virtude da infração.

§ 2º - Serão igualmente apreendidos e encaminhados à autoridade sanitária competente, mediante a lavratura de termo próprio, os produtos alimentícios industrializados, sujeitos a Registro em órgão público especializado e que não tenham a respectiva comprovação.

Artigo 49 – Nas quitandas e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:

I – O estabelecimento terá, para depósito de verduras que devem ser consumidas sem cocção, recipientes ou dispositivos de superfície impermeável e à prova de moscas, poeira e quaisquer contaminações;

II – As frutas expostas à venda serão colocadas sobre mesas, estantes ou em caixas apropriadas, rigorosamente limpas e afastadas um metro, no mínimo, das ombreiras das portas externas;

III – As gaiolas para aves serão de fundo móvel, para facilitar sua limpeza, que deverá ser feita diariamente.

Artigo 50 – É proibido ter em depósito ou expostos à venda:

I – Aves doentes;

II – Frutas não sazonadas;

III – Legumes, hortaliças, frutas ou ovos deteriorados.

Artigo 51 – Nos locais de fabricação, preparação, beneficiamento, acondicionamento ou depósito de alimentos, não será permitida a guarda ou venda de substâncias que possam corrompê-los, alterá-los ou adulterá-los ou avariá-los.

Artigo 52 – Sob pena de apreensão e inutilização sumária, os alimentos destinados ao consumo imediato, tenham ou não sofrido processo de cocção, só poderão ser expostos à venda devidamente protegidos.

Artigo 53 – As fábricas de doces e de massas, as refinarias, padarias e estabelecimentos congêneres deverão ter:

I – O piso e as paredes das salas de elaboração dos produtos revestidos de ladrilhos ou outro material impermeabilizante até a altura de dois metros;

II – As salas de preparo dos produtos com as janelas e aberturas teladas e à prova de moscas.

Artigo 54 – A venda de produtos de origem animal, comestíveis não industrializados, só poderá ser feita por açougues, casas de carnes e super mercados regularmente instalados.

Parágrafo Único – Além das exigências que lhes forem aplicáveis e relativas aos demais estabelecimentos comerciais, os açougues e casas de carne deverão atender os seguintes requisitos;

1 – As paredes terão até dois metros de altura, revestimento uniforme, liso, resistente e impermeável;

2 – As portas serão de grade de ferro;

3 – As pias de lavagem terão ligação sifonada para a rede de esgoto;

4 – Os balcões que separam a parte destinada à exposição do produto, da parte reservada ao público, deverão ser revestidos, no lado superior, com pedra de mármore ou outro material apropriado, devidamente aprovado;

5 – As câmaras frigoríferas terão capacidade suficiente para a conservação das carnes;

6 – Terão Câmaras ou armários que não as carnes propriamente ditas.

Artigo 55 – Os açougueiros e os proprietários de casas de carne ficam:

A) Obrigados a:

I – Manter o estabelecimento em completo Estado d asseio e higiene;

II – Salgar, incontinenti e em local apropriado, a carne não vendida até 24 (vinte e quatro) horas após o abate do animal respectivo, sendo que só neste Estado poderão entregá-la ao consumo da população, salvo a hipótese de ser conservada em câmara frigorífica;

III – Utilizar, nas entradas a domicílio, veículos e recipientes apropriados;

IV – Não admitir ou manter em serviço empregados que não sejam portadores de carteira sanitária atualizada, expedida pelo órgão competente, dotados de aventais e gorros brancos, em perfeito Estado de asseio.

B) Proibidos, expressamente, de:

I – Vender produtos não industrializados, fora do estabelecimento;

II – Transportar, para os açougues e casas de carne, couros, chifres e demais resíduos considerados prejudiciais ao asseio e à higiene;

III – Vender o depositar qualquer outro artigo no recinto destinado ao retalhamento e venda de carne.

Artigo 56 - Aos açougues, casas de carne e super mercados é permitida a venda de aves abatidas, destinadas ao consumo público, devidamente acondicionados.

Artigo 57 – As disposições deste Capítulo aplicam-se, no que couber, às peixarias e aos abatedouros de aves.

Artigo 58 – Não é permitido dar ao consumo carne fresca de bovinos, suínos, caprinos e outros animais de açougue que não tenham sido abatidos nos matadouros públicos, sob pena de apreensão do produto, além da multa prevista neste Capítulo.

§ 1º - Nos distritos e povoados onde não houver matadouro, o gado destinado ao consumo local, depois de examinado pelo agente distrital ou por profissional por ele indicado, será abatido em lugar previamente determinado, ou rejeitado em caso de simples suspeita de enfermidade.

§ 1º Nos distritos e povoados onde não houver matadouro, o gado destinado ao consumo local, depois de examinado pelo agente distrital ou por profissional por ele indicado, será abatido em caso de simples suspeita de enfermidade.

§ 2º - Será permitida a matança de aves e animais destinados ao consumo público em estabelecimentos fiscalizados pelo órgão competente da União.

§ 3º - Os abates realizados fora dos matadouros públicos autorizados por este Código estarão sujeitos à fiscalização municipal que, sem prejuízo do que dispuser o cumprimento das normas regularmente que, sem prejuízo do que dispuser a legislação sanitária pertinente, exigirá o cumprimento das normas regulamentares que lhes forem aplicáveis.

§ 4º - Todos os estabelecimentos fabris de indústria animal ficam obrigados a instalar esgoto industrial, para evitar que as águas servidas poluam córregos, represas ou terrenos adjacentes.

§ 5º - A carne de animais abatidos no Matadouro Municipal levará tantos carimbos quantos se fizerem necessários, com os dizeres PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES – MATADOURO MUNICIPAL, e a rubrica do administrados ou responsável, com tinta própria, não nociva à saúde.

§ 6º - Os servidores municipais devidamente credenciados poderão livremente adentrar os açougues e casas de carne, exigir a abertura de geladeiras, balcões ou câmaras frigoríferas, para fiscalização da procedência da carne ali depositada.

§ 7º - A carne apreendida nos termos deste artigo, sem o carimbo referido no parágrafo anterior, depois de inspecionada pelo servidor responsável, será entregue às instituições de assistência social do Município e à Cadeia Pública, se não houver contra-indicação do ponto de vista sanitário, e, em caso contrário, será recolhida ao Matadouro Municipal e ali inutilizada com a aplicação de creolina, sem que haja para o proprietário do estabelecimento, em qualquer dos casos, direito a indenização.

Artigo 59 – Terão prioridade para o exercício de comércio nas feiras-livres e nos mercados, destinados ao abastecimento de gêneros alimentícios para o consumo doméstico, os agricultores e produtores do Município.

§ 1º - A Prefeitura estabelecerá as limitações que julgar necessárias, para o comércio nas feiras e mercados.

§ 2º - O estabelecimento de regime de exclusividade em determinado ramo de atividade, nos mercados, por motivo de estrita conveniência pública, dependerá de chamamento de interessados, através de edital, não podendo o prazo ser superior a três (3) anos.

Artigo 60 – Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em locais de fácil contaminação dos produtos expostos à venda.

Artigo 61 – Aos infratores das disposições do presente capítulo será aplicada a multa correspondente ao valor de 1/10 (um décimo) a três vezes a Unidade Padrão Fiscal de Bandeirantes.

CAPÍTULO V

Da Higiene dos Estabelecimentos

Artigo 62 – Os hotéis, restaurantes, bares, cafés, botequins e estabelecimentos congêneres deverão observar o seguinte:

I – A lavagem de louça e talheres deverá ser feita em água corrente, não sendo permitida, em qualquer hipótese, a sua execução em baldes, tonéis, tanques ou vasilhames;

II – A higienização da louça, talheres e outros utensílios de uso pessoal direto, deverá ser feita em água fervente, sendo os bares e outros estabelecimentos congêneres obrigados a instalar esterilizador de água fervente para as xícaras de café e chá.

III – Os guardanapos e toalhas serão de uso individual;

IV – Os açougueiros, à exceção dos utilizados nos hotéis de primeira categoria, serão do tipo que permitam a retirada do açúcar sem o levantamento da tampa;

V – A louça e os talheres não poderão ficar expostos à poeira e aos insetos;

VI – O uso, preferencialmente, de copos, pratos e xícaras de papel ou outro material semelhante que dispense a lavagem e que seja inutilizado pelo uso.

Parágrafo Único – A Prefeitura poderá retirar dos estabelecimentos as louças trincadas ou que, por outros defeitos, possam comprometer a saúde dos usuários, dando lhes o destino que entender por bem.

Artigo 63 – Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior são obrigados a manter seus empregados convenientemente trajados, limpos e de preferência uniformizados.

Artigo 64 – Nos salões de barbeiros e cabeleireiros são obrigatórios o uso de toalhas e golas individuais e a esterilização a desinfecção dos utensílios para o corte e penteado, antes de cada aplicação.

Parágrafo Único – Os oficiais ou empregados usarão, durante o trabalho, blusas apropriadas e rigorosamente limpas.

Artigo 65 – Nos hospitais, casas de saúde e maternidades, além das disposições gerais deste Código que lhes forem aplicáveis, é obrigatória:

I – A existência de lavanderia a quente, com instalação completa de desinfecção;

II – A existência de depósito apropriado para roupas servidas;

III – A instalação de cozinha com, no mínimo, três salas destinadas, respectivamente, a depósito de gêneros, preparo de alimentos a sua distribuição e a lavagem e esterilização de louças e utensílios, devendo todas as peças ter os pisos e paredes revestidos de azulejos ou outro material impermeabilizante, até a altura mínima de 2 (dois) metros;

IV – Instalações adequadas para a coleta e incineração de lixo.

Parágrafo Único – A instalação de necrotérios e capelas mortuárias atenderão às exigências do Código de Obras do Município e da Legislação sanitária, devendo estar situadas de maneira que o seu interior não seja devassado ou descortinado.

Artigo 66 – Na infração de qualquer disposição deste Capítulo, será aplicada a multa correspondente ao valor de 1/10 (um décimo) e três vezes a Unidade Padrão Fiscal de Bandeirantes.

TÍTULO III

DA POLÍCIA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

Capítulo I

Da Moralidade e do Sossego Público

Artigo 67 – É expressamente proibida às casas de comércio, às bancas de jornais, de revistas e às casas de diversão pública e cinemas, a exposição ou venda de gravuras, livros ou jornais pornográficos ou obscenos.

Parágrafo Único – Nos cinemas, fica expressamente proibida a projeção de propaganda de filmes com censura, nas sessões em que a censura é livre.

Artigo 68 – Não serão permitidos banhos ou prática de esportes náuticos nos rios, córregos ou lagos do Município, exceto nos locais designadas pela Prefeitura como próprios para esse fim.

§ 1º - Os praticantes de esportes ou banhistas deverão trajar-se com roupas apropriadas.

§ 2º - A disposição do parágrafo anterior deverá ser observada nos clubes e piscinas públicas.

Artigo 69 – É expressamente proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos, evitáveis, tais como:

I – Os de motores de explosão desprovidos de silenciosos ou com estes em mau estado de funcionamento;

II – Os de buzinas, clarins, tímpanos, campainhas ou quaisquer outros aparelhos estridentes;

III – A propaganda realizada com banda de música, bombas, tambores, cornetas, alto-falantes e similares;

IV – Os de morteiros, bombas e demais fogos ruidosos;

V – Os de batuques, congados e outros divertimentos congêneres, sem licença das autoridades;

VI – Alto-falantes instalados em veículos, ressalvada a utilização entre 7 e 20 horas, guardada a disposição mínima de 100 (cem) metros de escolas, hospitais, asilos, creches e repartições públicas, para convite ao público para solenidades ou outros atos públicos.

Parágrafo Único – Excetuam-se das proibições deste artigo:

I – Os tímpanos, sinetas e sirenes dos veículos de Assistência, Corpo de Bombeiros e Polícia, quando em serviço;

II – Os apitos das roupas e guardas policiais;

III – Os alto falantes destinados à propaganda de partidos políticos, na forma da Lei Eleitoral;

IV – Os alto falantes destinados à transmissão de ato ou culto e músicas sacras e de reuniões cívicas ou solenidades públicas, nos locais de sua realização desde que com volume moderado de som e em horários aprovados pela Prefeitura.

Artigo 70 – É proibido executar qualquer trabalho ou serviço que produza ruído, antes das 7 horas e depois das 20 horas, nas proximidades de hospitais, escolas, asilos e casas de residência.

Artigo 71 – As instalações elétricas só poderão funcionar tiveram dispositivos capazes de eliminar as correntes parasitas, diretas ou induzidas, as oscilações de alta frequência, chispas e ruídos prejudiciais à recepção de som e imagem.

Artigo 72 – Na infração de qualquer artigo deste Capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 1/10 (um décimo) a três vezes a Unidade Padrão Fiscal de Bandeirantes, sem prejuízo da Ação Penal cabível.

CAPÍTULO II

Dos Divertimentos Públicos

Artigo 73 – Divertimentos públicos, para os efeitos deste Código, são os que se realizarem nas vias públicas, ou em recinto fechado de livre acesso ao público.

Artigo 74 – Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem licença da Prefeitura.

§ 1º - O requerimento de licença para funcionamento de qualquer casa de diversão será instruído com a prova de terem sido satisfeitas as exigências regulamentares referentes à construção e higiene do Edifício e procedida a vistoria policial.

§ 2º - Excetuam-se das disposições deste artigo as reuniões de qualquer natureza, sem convites ou entradas pagas, levadas a efeito por clubes ou entidades de classes, em sua sede, ou as realizações em residências particulares, esporadicamente.

Artigo 75 – A Prefeitura poderá negar licença aos empresários de programas ou de “shows” artísticos que não comprovem, prévia e efetivamente, idoneidade moral e capacidade financeira para responderem por eventuais prejuízos causados aos espectadores e aos bens públicos ou particulares, em decorrência de culpa ou dolo.

Parágrafo Único – A Prefeitura, para assegurar o ressarcimento de eventuais prejuízos ou danos que possam ser infligidos a bens públicos ou particulares, poderá exigir a prestação de caução em dinheiro, ou fiança, cujo valor o Diretor da Fazenda arbitrária.

Artigo 76 – Os promotores de divertimentos públicos, de efeito competitivo, que demandem o uso de veículos ou qualquer outro meio de transporte pelas vias públicas, deverão apresentar previamente à Prefeitura, regulamentos e itinerários aprovados pelas autoridades policiais e de trânsito e comprovar a idoneidade financeira para responder por eventuais danos causados por eles, ou pelos participantes, aos bens públicos ou particulares.

Parágrafo Único – Para assegurar o ressarcimento de eventuais prejuízos ou danos que possam ser infligidos a bens públicos ou particulares, a Prefeitura poderá exigir a prestação de caução em dinheiro, ou fiança, cujo valor será arbitrado pelo Diretor da Fazenda.

Artigo 77 – Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Obras, por outras Lei e Regulamentos:

I – Tanto as salas de entrada, como as de espera e de espetáculos, serão mantidas higienicamente limpas.

II – As portas e os corredores para o exterior serão amplos e conservar-se-ão sempre livres de grades, móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;

III – Todas as portas de saída serão encimadas por inscrição indicativa, legível à distância, mesmo quando se apagarem as luzes da sala;

IV – Os aparelhos destinados à renovação da ar deverão ser conservados em perfeito estado de funcionamento;

V – Haverá instalações sanitárias independentes para homens e senhoras, dotadas de aparelhos exaustores;

VI – Serão tomadas todas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória a adoção de extintores de fogo em locais visíveis e de fácil acesso;

VII – Possuirão bebedouros automáticos de água filtrada;

VIII – O mobiliário será mantido em perfeito estado de conservação e asseio.

Artigo 78 – Nas casas de espetáculos de sessões consecutivas, que não tiverem exaustores suficientes, deve, entre a saída e a entrada dos espectadores, decorrer lapso de tempo suficiente para efeito de renovação do ar.

Artigo 79 – É expressamente proibida nas salas de espetáculos cinematográficos, com entrada paga, a propaganda comercial através de “slides” ou outro sistema de projeção de imagem fixa; diretamente na tela.

Artigo 80 – Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciarem-se em hora diversa da marcada.

§ 1º - Em caso de modificação do programa ou horário ou de suspensão do espetáculo, o empresário devolverá aos espectadores o preço integral da entrada.

§ 2º - As disposições deste artigo aplicam-se, inclusive, às competições esportivas para as quais se exija o pagamento de entrada.

Artigo 81 – Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado e em número excedente à lotação do teatro, estádio, cinema, circo ou sala de espetáculos.

Artigo 82 – Não serão fornecidas licenças para a realização de jogos ou diversões ruidosas em locais compreendidos em área formada por um raio de 100 (cem) metros de hospitais, casas de saúde ou maternidades.

Artigo 83 – Além das demais disposições aplicáveis deste Código, os teatros terão comunicação direta entre a área reservada aos artistas e a via pública, de maneira que assegurem saída e entrada franca, sem dependência da área destinada ao público.

Artigo 84 – Aos cinemas aplicam-se, ainda, as seguintes disposições:

I – Só poderão funcionar em pavimentos térreos;

II – Os aparelhos de projeção ficarão em cabines de fácil saída, construídas de materiais incombustíveis;

III – No interior das cabines não poderá existir maior número de películas do que as necessárias para as sessões de cada dia, as quais deverão estar depositadas em recipiente especial, incombustível, hermeticamente fechado, que não seja aberto, por mais tempo do que o indispensável ao serviço.

Artigo 85 – A armação de circo de pano ou parques de diversões só poderá ser permitida em locais previamente aprovados pela Prefeitura.

§ 1º - A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo não será por prazo superior a 30 (trinta) dias, podendo ser renovado.

§ 2º- Ao conceder a autorização, poderá a Prefeitura estabelecer as restrições que julgar convenientes no sentido de assegurar a ordem e a moralidade dos divertimentos e o sossego da vizinhança.

§ 3º - A seu juízo, poderá a Prefeitura não renovar a autorização de funcionamento de um circo ou parque de diversões, ou obrigá-los a novas restrições ao conceder-lhes a renovação pedida.

§ 4º - Os circos e parques de diversões, embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistorias em todas as suas instalações pelas autoridades competentes.

Artigo 86 – Para permitir armação de circos ou barracos em logradouros públicos, poderá a Prefeitura exigir, se o julgar conveniente, um depósito até o máximo de dez (10) salários mínimos de despesas com a eventual limpeza e recomposição d logradouro.

Parágrafo Único – O depósito será restituído integralmente se não houver necessidade de limpeza Especial ou reparos; em caso contrário, serão deduzidas do mesmo as despesas feitas com tal serviço.

Artigo 87 – Na localização de estabelecimentos de diversões noturnas, a Prefeitura terá sempre em vista o sossego e o decoro da população.

Artigo 88 – É expressamente proibido aos participantes, durante os festejos carnavalescos, apresentar-se com fantasias indecorosas, ou atirar substâncias que possam molestar os demais participantes, espectadores ou transeuntes.

Parágrafo Único – Fora do período destinado aos festejos carnavalescos, a ninguém é permitido apresentar-se com máscaras ou fantasias nas vias públicas, salvo com licença especial das autoridades.

Artigo 89 – Na infração de qualquer artigo desde Capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 1/10 (um décimo) a três vezes a Unidade Fiscal de Bandeirantes.

CAPÍTULO III

Do Trânsito Público

Artigo 90 – O trânsito, de acordo com as leis vigentes, é livre, e sua regulamentação tem por objetivo manter a ordem, a segurança e o bem-estar dos transeuntes e da população em geral.

Artigo 91 – É proibido embarçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças e passeios, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

Parágrafo Único – Sempre que houver necessidade de se interromper o trânsito, deverá ser colocada sinalização vermelha, claramente visível de dia e luminosa à noite.

Artigo 92 – Compreende-se na proibição do artigo o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, nas vias públicas em geral e o estacionamento de veículos sobre os passeios ou calçadas.

§ 1º - Tratando-se de materiais que não possam ser depositados diretamente no interior dos prédios ou dos terrenos, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo do trânsito, por tempo estritamente necessário à sua remoção.

§ 2º- No caso previsto no parágrafo anterior, os responsáveis pelos materiais deverão advertir os veículos, a distância conveniente, dos prejuízos causados ao livre trânsito.

§ 3º - Os infratores deste artigo estarão sujeitos a terem os respectivos veículos ou materiais apreendidos e recolhidos ao depósito da Prefeitura, e os quais, para serem retirados, dependerão do pagamento da multa e das despesas de remoção e guarda da coisa apreendida.

Artigo 93 – Não será permitida a preparação do reboco ou argamassa nas vias públicas, senão na impossibilidade de fazê-lo no interior do prédio ou terreno. Neste caso, só poderá ser utilizada área correspondente á metade da largura do passeio e sem prejuízo para o trânsito de pedestres.

Artigo 94 – É absolutamente proibido nas ruas da cidade, das vilas e dos povoados:

I – Conduzir animais ou veículos em velocidade excessiva;

II – Conduzir animais bravios sem a necessária precaução;

III – Atirar à via ou aos logradouros públicos substâncias que possam incomodar os transeuntes.

Artigo 95 – É expressamente proibido danificar ou retirar sinais colocados nas vias e logradouros públicos, para advertência do perigo ou impedimento do trânsito.

Artigo 96 – Assiste à Prefeitura direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Parágrafo Único – Os danos resultantes ou não da proibição referida neste artigo serão ressarcidos por quem lhes der causa.

Artigo 97 – Na infração de qualquer artigo deste Capítulo, quando não prevista multa ou pena no Código Nacional de Trânsito, será imposta a multa correspondente ao valor de 1/10 (um décimo) a três vezes a Unidade Padrão Fiscal de Bandeirantes, sem prejuízo da obrigação de reparação de danos.

CAPÍTULO IV

Das Medidas referentes aos animais

Artigo 98 – É proibida a permanência de animais nas vias e logradouros públicos.

Artigo 99 – Os animais encontrados nas ruas, praças, estradas e caminhos públicos, serão recolhidos ao depósito da Municipalidade.

Artigo 100 – O animal recolhido em virtude do disposto neste capítulo será retirado dentro do prazo máximo de 7 (sete) dias, mediante pagamento da multa e da taxa de manutenção arbitrada pelo Diretor da Fazenda.

Parágrafo Único – Não sendo retirado nesse prazo, deverá a Prefeitura efetuar sua venda em leilão, precedida da afixação de edital, no lugar do costume, com o prazo de 5 (cinco) dias.

Artigo 101 – Os cães que forem encontrados nas vias públicas da cidade, das vilas e dos povoados, serão apreendidos e recolhidos ao depósito da Prefeitura.

§ 1º - Tratando-se de cão não registrado, será o mesmo sacrificado ou terá outro destino, a juízo da Prefeitura, se não for retirado por seu dono dentro de 5 (cinco) dias, mediante o pagamento da multa e da taxa de manutenção que for arbitrada pelo Diretor da Fazenda.

§ 2º - Os proprietários de cães registrados que foram apreendidos serão notificados da medida, devendo retirá-los em igual prazo, sob pena de receberem fim idêntico aos demais.

§ 3º - Quando se tratar de animal de raça, poderá a Prefeitura, a seu critério, agir de conformidade com o que estipula o parágrafo único do artigo 100 deste Código.

Artigo 102 – Haverá, na Prefeitura, o registro de cães, que será feito anualmente, mediante o pagamento da taxa no valor de 1/10 (um décimo) da Unidade Padrão Fiscal de Bandeirantes.

§ 1º - Aos proprietários de cães registrados, a Prefeitura fornecerá uma placa de identificação a ser colocada na coleira do animal.

§ 2º - Para registro dos cães, é obrigatória a apresentação de comprovante de vacinação anti-rábica.

Artigo 103 – O cão registrado poderá andar solto na via pública, desde que em companhia de seu dono, respondendo este pelas perdas e danos que o animal causar a terceiros.

Artigo 104 – Não será permitida a passagem ou estacionamento de tropas ou rebanhos na cidade, nas vilas e nos povoados, exceto em logradouros para isso designados.

Artigo 105 – Ficam proibidos os espetáculos e as exibições de animais ou aves, de caráter permanente ou temporário, sem o preenchimento das

condições higiênico-sanitária básicas e a adoção de precauções para garantir a segurança dos espetáculos, quando for o caso.

Artigo 106 – É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar animais ou praticar ato de crueldade contra os mesmos, tais como:

I – Transportar, nos veículos de tração animal, carga ou passageiros de peso superior às suas forças;

II – Montar animais que já estejam transportando carga máxima;

III – Fazer trabalhar animais doentes, feridos, extenuados, aleijados, enfraquecidos ou extremamente magros;

IV – Martirizar animais para deles alcançar esforços excessivos;

V – Castigos, de qualquer modo, animal caído, com ou sem veículo, fazendo-o levantar à custa de castigo ou sofrimento;

VI – Castigar com rancor e excesso qualquer animal;

VII – Conduzir animais em qualquer posição anormal, que lhes possa ocasionar sofrimento;

VIII – Abandonar, em qualquer ponto, animais doentes, extenuados, enfraquecidos ou feridos;

IX – Manter animais em depósitos insuficientes ou sem água, ar, luz e alimentos;

X – Usar de instrumento diferente do chicote leve, para estímulo e correção de animais;

XI – Usar arreios sobre partes feridas, contusões ou chagas do animal;

XII – Empregar arreios que possam constranger, ferir ou magoar o animal;

XIII – Praticar todo e qualquer ato, mesmo não especificado neste Código, que acarrete violência e sofrimento para o animal.

Artigo 108 – Na infração de qualquer artigo desde Capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 1/10 (um décimo) a três vezes a Unidade Padrão Fiscal de Bandeirantes.

CAPÍTULO V

Da Extinção de Insetos Nocivos

Artigo 109 – Todo proprietário de imóvel urbano ou rural, situado no território do Município, é obrigado a extinguir os focos de insetos nocivos dentro de sua propriedade.

Artigo 110 - Constatado qualquer foco de insetos nocivo, transmissores ou não de doenças, os proprietários procederão ao seu extermínio, na forma apropriada.

Parágrafo Único – Os proprietários que na cumprirem espontaneamente o disposto neste artigo serão notificados a fazê-lo no prazo de cinco (5) dias, sob pena de, na desobediência, realizar-se o serviço pela Prefeitura que, além da multa de 5% (cinco por cento) do valor da Unidade Padrão Fiscal de Bandeirantes, exigirá dos mesmos o custo de serviço, acrescido da Taxa de Administração na base de 30% (trinta por cento).

Artigo III – Na impossibilidade de extinção, será o fato levado ao conhecimento da autoridade competente, para o encaminhamento das providências cabíveis.

Artigo 112 – A Prefeitura, com o fim de promover a erradicação de insetos transmissores de doenças, realizará, periodicamente, serviços de dedetização dos prédios situados na sede e no interior do Município.

§ 1º - Os serviços a que alude o presente artigo poderão abranger áreas ou regiões suspeitas ou notadamente infestadas.

§ 2º - Os serviços de dedetização serão, sempre que possível, executados em convênio com os órgãos de saúde do Estado e da União.

CAPÍTULO VI

Do Empachamento das vias, estradas e logradouros públicos.

Artigo 113 – Poderão ser amados palanques e barracas provisórias nos logradouros públicos, para efetividades religiosas, cívicas ou populares desde que sejam observadas as seguintes condições:

I – Serem aprovadas pela Prefeitura, quando a sua localização;

II – Não perturbarem o trânsito público;

III – Não prejudicarem o calçamento nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades os estragos por acaso verificados;

IV – Serem removidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas), a contar do encerramento dos festejos.

Parágrafo Único – Findo o prazo estabelecido no item IV, a Prefeitura promoverá a remoção do palanque, correto ou barraca, cobrando do responsável as despesas e dando ao material removido o destino que entender.

Artigo 115 – O ajardinamento e a arborização das praças e vias públicas são atribuições exclusivas da Prefeitura.

Parágrafo Único – Nos logradouros abertos por particulares, com licença da Prefeitura, é facultado aos interessados promover e custear a respectiva arborização.

Artigo 116 – É proibido podar, cortar, derrubar, transplantar ou sacrificar as árvores da arborização pública ou contra elas praticar qualquer ato de vandalismo e, ainda, danificar ornamentação ou qualquer outro bem público colocado nas vias ou logradouros públicos, será punido com multa, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber.

Artigo 121 – A instalação de postes e linhas telefônicas, telegráficas e de força e luz e a colocação de caixas postais e de hidratantes para serviço de combate a incêndios nas vias e logradouros públicos, dependem de aprovação da Prefeitura.

Artigo 122 – As bancas para a venda de jornais e revistas poderão ser permitidas, nos logradouros públicos, desde que satisfaçam as seguintes condições:

I – Terem sua localização e dimensões aprovadas pela Prefeitura;

II – Apresentarem bom aspecto quanto a sua construção;

III – Não perturbarem o trânsito público;

IV – Serem de fácil remoção.

Parágrafo Único – As barracas ou quiosques para a venda de frutas, sucos, sorvetes e doces, subordinam-se às exigências deste artigo e não poderão ser instaladas em praças, parques e jardins públicos.

Artigo 123 – Os estabelecimentos comerciais não poderão ocupar o passeio correspondente à testada do edifício.

Artigo 124 – Os relógios, estátuas e quaisquer monumentos somente poderão ser colocados nos logradouros públicos se comprovado o seu valor histórico, artístico ou cívico, a juízo da Prefeitura.

Parágrafo Único – Dependerá ainda, de aprovação local escolhido para a fixação dos monumentos.

Artigos 125 – Os pontos de estacionamento de veículos de aluguel, automotores ou a tração animal, para transporte individual de passageiros ou carga, serão localizados pelo órgão competente do Município e sem qualquer prejuízo para o trânsito.

§ 1º - Os servidores de transporte a que alude este artigo serão explorados em regime de permissão, sendo permitido aos permissionários, mediante licença da Prefeitura, a instalação de abrigo, bancos e aparelho telefônico, nos respectivos pontos.

§ 2º - Nos pontos de estacionamento de veículos de aluguel, de tração animal, a Prefeitura, às suas expensas, instalará bebedouro para os animais e construirá abrigo.

Artigo 126 – Os abrigos de passageiros e os pontos indicativos de pontos de parada de coletivos urbanos serão instalados em locais onde ocorra o mínimo prejuízo ao trânsito e substituídos ou reparados sempre que preciso.

Artigo 127 – Na infração de qualquer artigo deste Capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 1/10 (um décimo) a três vezes a Unidade Padrão Fiscal de Bandeirantes.

Seção II Das Estradas Municipais

Artigo 128 – As estradas de que trata a presente seção são as que integram o Plano Rodoviário Municipal e que servem de livre trânsito dentro do território do Município.

Artigo 129 – A mudança ou deslocamento de estradas dentro dos limites das propriedades rurais deverão ser requeridos pelos respectivos proprietários.

Parágrafo Único – Neste caso, quando não haja prejuízo das normas técnicas e os trabalhos de mudança ou deslocamento se mostrarem por demais onerosos, a Prefeitura poderá exigir que os proprietários concorram, no todo ou em parte, com as despesas.

Artigo 130 – É expressamente proibido:

I – Fechar, estreitar, mudar ou de qualquer modo dificultar a servidão pública das estradas e caminhos, sem prévia licença da Prefeitura.

II – Colocar tranqueiras, porteiros e palanques nas estradas ou para seu leito arrastar paus e madeiras.

III – Arrancar ou danificar marcos quilométricos e outros sinais alusivos ao trânsito.

IV – Atirar, nas estradas, pregos, arames, pedras, paus, pedaços de metal, vidros, louça e outros corpos prejudiciais aos veículos e às pessoas que nela transitam.

V – Arborizar as faixas laterais de domínio das estradas e de caminhos e nas áreas constituídas pelos primeiros três (3) metros internos da faixa lateral de domínio.

VIII – Impedir, por qualquer meio, o escoamento de água pluviais das estradas para os terrenos.

IX – Encaminhar águas servidas ou pluviais para o leito das estradas ou fazer barragens que levem as águas a ser aproximarem do leito da mesmas, a uma distância mínima de 10 (dez) metros.

X – Danificar, de qualquer modo, as estradas.

Artigo 131 – Os proprietários, de terrenos marginais não poderão, sob qualquer pretexto, manter ou construir cercas de arame, cercas-vivas,

vedações ou tapumes de qualquer natureza ao longo das estradas, a não ser nos limites externos das faixas laterais de domínio a que se refere o artigo 134 deste Código.

§ 1º - Aos que contrariarem o disposto neste artigo a Prefeitura expedirá notificação concedendo o prazo de 10 (dez) dias para a reposição, em seus devidos lugares, das cercas de arame, cercas-vivas, vedações ou tapumes.

§ 2º - Caso a parte notificada não possa dar cumprimento às exigências da Prefeitura, dentro do prazo adicional de até 30 (trinta) dias, desde que faça antes de esgotado o prazo inicial.

§ 3º - Esgotados os prazos de que trata os parágrafos precedentes, sem que a parte de cumprimento ao disposto no parágrafo primeiro, a Prefeitura executará a reposição exigida, cobrando do infrator o custo da mesma, acrescido de 30% (trinta por cento) a título da administração, além da multa prevista nesta seção.

Artigo 132 - As árvores secas ou simplesmente os troncos desvitalizados que, em queda natural, possam atingir o leito da estrada, deverão ser removidos pelo proprietário das terras em que se acharem.

Parágrafo único - Essa providência deverá ser tomada dentro do prazo fixado pela Prefeitura, findo o qual os trabalhos de remoção das árvores ou troncos desvitalizados serão feitos pelo Município, cobrando-se do proprietário do terreno o valor dos serviços com os acréscimos previstos no artigo anterior.

Artigo 133 - As estradas municipais ficam assim classificadas:

1 - Estradas principais ou troncos:

- A) Radiais;
- B) Longitudinais;
- C) Transversais e
- D) Diagonais.

2 - Estradas secundárias:

- A) Ligações;
- B) Ramais e
- C) Acessos.

Parágrafo Único – Entende-se por:

I – Radicais: Aquelas que tenham ponto de origem ou confluam à sede do Município;

II – Estradas secundárias: Faixa carroçável de 6 a 8 (seis a oito) metros de largura, com faixa lateral de domínio de três (3) metros.

Artigo 135 – As estradas Municipais serão conservadas pela Prefeitura Municipal, que poderá estender a conservação às vias de acesso às propriedades rurais, até a sua sede, por serem estas responsáveis pelo escoamento da produção.

Artigo 136 – Aos infratores do presente Capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 1/10 (um décimo) a três vezes a Unidade Padrão Fiscal de Bandeirantes, sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos pela Legislação comum.

Capítulo VII Dos Muros e Cercas

Artigo 137 – Os proprietários de terrenos são obrigados a murá-los ou cercá-los e a executar o respectivo passeio, dentro dos prazos fixados pela Prefeitura.

Parágrafo Único – Uma vez decorridos os prazos, a Prefeitura poderá realizar as obras, cobrando, pelos meios normais ou por via executiva, o custo das mesmas, acrescido da Taxa de administração de 15% (quinze por cento) sobre o seu valor, além da multa de 10% (dez por cento), até a liquidação da obrigação, fora os juros e outras penalidades a que estiverem sujeitos os proprietários.

Artigo 138 – Serão comuns os muros e cercas divisórias entre propriedades urbanas e rurais, devendo os proprietários dos imóveis confiantes concorrer em partes iguais para as despesas de sua construção e conservação, na forma do Código Civil.

Artigo 139 – Os terrenos da zona urbana serão fechados com muros rebocados e caiados ou com grades de ferro ou madeira assentes sobre alvenaria, devendo em qualquer caso ter a altura mínima de um metro e oitenta centímetros.

Parágrafo Único – Em casos especiais, a Prefeitura poderá permitir ou exigir o emprego de especificação diversas das previstas neste artigo, para o fechamento dos terrenos da zona urbana.

Artigo 140 – Os terrenos rurais, salvo acordo expresso entre os proprietários, serão fechados com:

I – Cercas de arame, com três fios no mínimo e um metro e cinquenta centímetros de altura;

II – Telas de fios metálicos com altura mínima de um metro e oitenta centímetros;

III – Cercas-vivas, de espécies vegetais adequadas e resistentes.

Parágrafo Único – Correrão por conta exclusiva dos proprietários ou possuidores a construção e conservação das cercas para conter aves domésticas, cabritos, carneiros, porcos e outros animais que exijam cercas especiais.

Artigo 141 - Será aplicada a multa correspondente ao valor de 1/10 (um décimo) a três vezes a Unidade Padrão Fiscal de Bandeirantes, a todo aquele a que:

I – Fizer cercas ou muros em desacordo com o disposto nesse Capítulo;

II – Danificar, por qualquer meio, cercas existentes, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que no caso couber.

III – Seja ofensiva à moral ou contenha dizeres dês desfavoráveis a indivíduos, crenças e insuficiência de nosso léxico, a ele se hajam incorporado;

VI – Faça uso de palavras de línguas estrangeiras, salvo aquelas que, por insuficiência de nosso léxico, a ele se hajam incorporado;

VII – Pelo seu número ou má distribuição, prejudique o aspecto da fachada.

Parágrafo Único – Não será também permitida a colocação ou inscrição de anúncios ou cartazes:

1 – Nos terrenos baldios da zona central da cidade;

2 - Quando pintados ou colocados diretamente sobre os muros, fachadas, monumentos, postes e nos parques e jardins;

3 – Nas calçadas, meios-fios, leitos de rua e áreas de circulação das praças públicas;

4 – Nos abrigos instalados nos pontos de cargas de aluguel ou de passageiros de coletivos urbanos e, ainda, nos postes indicativos de ponto de parada destes últimos, salvo quando na forma do artigo 150 deste Código;

5 – Nos Edifícios ou próprios públicos do Município;

6 – Nas igrejas, templos e casas de oração.

Artigo 145 – Os pedidos de licença para a publicidade ou propaganda, através de cartazes ou anúncios ou quaisquer outros meios, deverão mencionar:

I – Os locais onde serão colocados ou distribuídos;

II – A natureza do material de confecção;

III – As dimensões;

IV – As inscrições e o texto;

V – As cores empregas.

Artigo 146 – Tratando-se anúncios luminosos, os pedidos deverão, ainda, indicar o sistema de iluminação a ser adotado.

Parágrafo Único – Os anúncios luminosos serão colocados a uma altura mínima de 2.50 m do passeio.

Artigo 147 – Os anúncios, letreiros e similares deverão ser conservados em boas condições e renovados ou consertados sempre que tais providências sejam necessárias para seu bom aspecto e segurança.

Artigo 148 – A publicidade ou propaganda por meio de panfletos, boletins, avisos, programas e semelhantes, na sede do Município, só serão autorizados quando os mesmos forem distribuídos diretamente aos transeuntes.

Artigo 149 – Os panfletos, boletins, programas e semelhantes destinados à distribuição, nas vias e logradouros públicos, não poderão ter dimensões menores de 10 (dez) centímetros por 15 (quinze) centímetros, nem maiores de 30 (trinta) centímetros por 40 (quarenta) centímetros.

Artigo 150 – A Prefeitura, mediante licitação, poderá autorizar a exploração de publicidade nos postes de sinalização de ruas e de paradas de ônibus, na sede do Município e ainda nos coletivos urbanos, que venham a ser instalados ou construídos pelos próprios interessados.

Parágrafo Único – Havendo interesse público, as disposições deste artigo poderão estender-se às rodovias municipais e às sedes dos distritos.

Artigo 151 – Será, em qualquer caso, assegurada da propaganda eleitoral, realizada na forma da legislação específica.

Artigo 152 – Os anúncios encontrados sem que os responsáveis tenham satisfeito às formalidades deste Capítulo poderão ser apreendidos e retirados pela Prefeitura, até a satisfação dessas formalidades, além da multa

Artigo 153 – Na infração de qualquer artigo deste Capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 1/10 (um décimo) a três vezes a Unidade Padrão Fiscal de Bandeirantes.

Capítulo IX Da Numeração dos Prédios

Artigo 154 – Somente a Prefeitura poderá colocar, remover ou substituir as placas de numeração de prédios, do tipo oficial, cabendo aos proprietários dos prédios a obrigação de conservá-los.

Artigo 155 – É obrigatória a colocação de placa de numeração do tipo oficial com o número designado pela Prefeitura.

Parágrafo Único – Poderá ser permitida a substituição de placas do tipo oficial por outras que venham a ser confeccionadas em metal ou bronze, contanto que sejam mantidos os mesmos números fixados pela Prefeitura.

Artigo 156 – É proibida a colocação de placas com número diverso do que tenha oficialmente determinado.

Artigo 157 – Aos infratores do presente capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 1/10 (um décimo) a três vezes a Unidade Padrão Fiscal de Bandeirantes.

Capítulo X Dos Cemitérios

Artigo 158 – Os cemitérios públicos do Município terão caráter secular e serão administrados e fiscalizados pela Prefeitura.

Artigo 159 – É facultado a todas as confissões religiosas praticar, nos cemitérios públicos, os seus ritos, respeitadas as disposições deste Código e dos regulamentos, e desde que não ofendam a moral pública e as Leis.

Artigo 160 – A Prefeitura poderá fazer concessões perpétuas, nos cemitérios públicos, às pessoas físicas, sociedades civis, instituições, corporações ou confrarias religiosas, mediante o pagamento do preço respectivo.

Parágrafo Único – A Prefeitura poderá doar sepulturas, em caráter perpétuo e independente de qualquer pagamento, aos funcionários e servidores públicos e servidores públicos municipais, por ocasião do falecimento destes.

Artigo 161 – Os cemitérios constituirão parques de utilidade pública e serão reservados aos fins a que se destinam.

Artigo 162 – No interesse público a Prefeitura fiscalizará a fabricação, o comércio, o transporte, o depósito e emprego de inflamáveis e explosivos.

Artigo 163 – É absolutamente proibido:

I – Fabricar explosivos sem licença especial e em local não determinado pela Prefeitura;

II – Manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais quanto à construção, localização e segurança;

III – Depositar ou conservar nas vias públicas, mesmo provisoriamente, inflamáveis e explosivos.

Parágrafo Único – A capacidade de armazenagem dos depósitos de explosivos variará em função das condições de segurança, da cubagem e da arrumação interna, ressalvadas outras exigências estabelecidas pelo órgão federal competente.

Artigo 164 – Não serão permitidas instalações de fábricas de fogos, inclusive de artifícios, pólvora e explosivos no perímetro urbano da cidade, das vilas e dos povoados.

Artigo 165 – Não será permitido o transporte de explosivos e inflamáveis sem as precauções devidas.

Parágrafo Único – Não poderão ser transportados, simultaneamente, no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis.

Artigo 166 – O transporte de inflamáveis para os postos de abastecimento será feita em recipientes apropriados, hermeticamente fechados, de acordo com as normas e padrões vigentes.

Artigo 167 – A instalação de postos de abastecimento de veículos ou bombas de gasolina fica sujeita a licença especial da Prefeitura, mesmo quando para uso exclusivo de seus proprietários.

§ 1º - A Prefeitura poderá negar a licença se reconhecer que a instalação irá prejudicar, de algum modo, a segurança pública.

§ 2º - A Prefeitura poderá estabelecer, para cada caso, as exigências que julgar necessárias ao interesse da segurança.

Artigo 168 – Nos postos de abastecimento, os serviços de limpeza, lavagem e lubrificação de veículos serão executados no recinto do estabelecimento, de modo que não incomodem ou salpiquem de água os pedestres que transmitem nas ruas e avenidas.

§ 1º - Para execução desses serviços, os postos serão dotados de instalações adequadas, destinadas a dar pronta vazão às águas e resíduos de lubrificantes.

§ 2º - As disposições deste artigo entendem-se às garagens comerciais e demais estabelecimentos onde se executam tais serviços.

Artigo 169 – É expressamente proibido:

- I – Queimar fogos de artifício nos logradouros públicos ou em janelas e portas que deitarem para os mesmos logradouros;
- II – Soltar balões, em toda extensão do Município;
- III – Fazer fogueiras nos logradouros públicos;
- IV – Fazer fogos ou armadilhas com armas de fogo, sem colocação de sinal visível para advertência aos passantes ou transeuntes.

Parágrafo Único – A proibição de que trata o item I não subsiste nos dias de regozijo público festividades religiosas de caráter tradicional, artística, culturais e, ainda, em comícios e recepções políticas.

Artigo 170 – Os infratores do presente Capítulo ficam sujeitos a multa correspondente ao valor de 1/10 (um décimo) a três vezes a Unidade Padrão Fiscal de Bandeirantes, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal a que estiverem sujeitos.

Capítulo XII Das Queimadas

Artigo 171 – Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão, nas queimadas, as medidas preventivas necessárias.

Artigo 172 – A ninguém é lícito atear fogo em roçadas, palhadas ou matas que limitem com terras de outrem, sem tomar as seguintes precauções:

I – Preparar aceiros de, no mínimo, sete metros de largura, dos quais dois e meio serão capinados e o restante roçado;

II – Mandar aviso escrito aos confinantes, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, marcando dia, hora e lugar para ateamento do fogo.

Artigo 173 – A ninguém é permitido atear fogo em matas, capoeiras, lavouras ou campos alheios.

Artigo 174 – Os infratores do presente capítulo ficam sujeitos à multa correspondente ao valor de 1/10 (um décimo) a 3 (três) vezes a Unidade Padrão Fiscal de Bandeirantes, sem prejuízo da responsabilidade criminal que couber.

Capítulo XIII Da Exploração de pedreiras e olarias e da extração de areia e saibro.

Artigo 175 – A exploração de pedreiras e olarias e a extração de saibro e areia dependem de licença da Prefeitura, que a concederá observados os preceitos deste Código.

Artigo 176 – A licença será processada mediante requerimento assinado pelo proprietário do solo ou pelo explorador, formulado de acordo com as disposições deste artigo.

§ 1º - Do requerimento deverão constar as seguintes indicações:

A) Nome e residência do proprietário do terreno;

B) Nome e residência do explorador, se este não for o proprietário;

C) Localização precisa do imóvel e o itinerário para chegar-se ao local da exploração ou extração;

D) Declaração do processo de exploração e da qualidade de explosivo a ser empregado, se for o caso.

§ 2º - O requerimento de licença deverá ser instruído com os seguintes documentos:

A) Prova de propriedade de terreno;

B) Autorização para a exploração passada pelo proprietário, em Cartório, no caso de não ser ele o explorador;

C) Planta da situação do terreno, com indicação do relevo do solo por meio de curvas de nível, contendo as delimitações exatas da área a ser explorada, com a localização das respectivas instalações e indiciando as construções, logradouros, mananciais e cursos d'água situados em toda a faixa de largura de 100 metros em torno da área a ser explorada.

§ 3º - No caso de se tratar de exploração de pequeno porte, poderá ser dispensada, a critério da Prefeitura, a exigência constante da alínea "C" do parágrafo anterior.

Artigo 177 – O desmonte das pedreiras pode ser feito a frio ou a fogo.

Artigo 178 – A exploração de pedreiras a fogo fica sujeita às seguintes condições mínimas:

I – Colocação de sinais nas proximidades das minas de modo que as mesmas possam ser percebidas distintamente pelos transeuntes a uma distância de, pelo menos, 100 (cem) metros;

II – Adoção de um toque convencional, antes da exploração, ou de um brado prolongado, dando sinal de fogo.

Artigo 179 – Não será permitida a exploração de pedreiras com o emprego de explosivos a uma distância inferior a 1.000 (um mil) metros de qualquer via pública ou habitação, ou em área onde possam oferecer perigo ao público, obedecida a legislação federal em vigor.

Artigo 180 – Ao conceder as licenças, a Prefeitura poderá fazer as restrições que julgar convenientes.

Artigo 181 – Será interditada a pedreira ou parte da pedreira licenciada e explorada de acordo com este Código, desde que, posteriormente, se verifique que a sua exploração acarreta perigo ou dano à vida ou à propriedade.

Artigo 182 – A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, determinar a execução de obras no recinto da exploração de pedreiras, com o intuito de proteger propriedades particulares ou públicas, ou evitar a obstrução das galerias de águas.

Artigo 183 – A instalação de olarias deve atender às seguintes prescrições:

I – As chaminés serão construídas de modo que não incomodem os moradores vizinhos, pela fumaça ou emanações nocivas;

II – Quando as escavações facilitarem a formação de depósito de água, será o explorador obrigado a fazer o devido escoamento ou a aterrar as cavidades à medida que for retirado o barro.

Artigo 184 – É proibida a extração de areia em todos os cursos de água do Município:

I – A jusante do local em que recebem contribuições de esgotos;

II – Quando modifiquem o leito ou as margens dos mesmos;

III – Quando possibilitem a formação de locais ou causem, por qualquer forma, a estagnação das águas;

IV – Quando de algum modo possam oferecer perigo a pontes, muralhas ou qualquer obra construída nas margens ou sobre os leitos dos rios.

Artigo 185 – Na infração de qualquer artigo deste Capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 1/10 (um décimo) a 3 (três) vezes a Unidade Padrão Fiscal de Bandeirantes, além da responsabilidade civil e criminal que couber.

TÍTULO IV

Do Funcionamento de Estabelecimentos Particulares

Capítulo I

Do Licenciamento dos Estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços.

Seção I

Artigo 186 – Nenhum estabelecimento de produção, comércio, indústria e de prestação de serviços poderá funcionar no Município sem prévia licença da Prefeitura, concedida a requerimento dos interessados e mediante pagamento dos tributos devidos.

Parágrafo Único – O requerimento, que deverá ser acompanhado da ficha de inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura e de outros documentos que forem por ela exigidos, especificará com clareza:

- I – O nome, a razão social ou a denominação da firma sob cuja responsabilidade irá funcionar o estabelecimento;
- II – O ramo de atividade;
- III – O domicílio fiscal;
- IV – O local onde o requerente irá exercer a sua atividade;
- V – O montante do capital investido ou a investir.

Artigo 187 – Não será concedida licença, dentro dos limites da cidade, das vilas e dos povoados, aos estabelecimentos incursos nas proibições constantes no artigo 42 deste Código.

Artigo 188 – A licença para o funcionamento de hotéis, pensões, hospedarias, casas de diversões e congêneres dependerá, ainda, da apresentação de alvará fornecido pela autoridade policial competente.

Artigo 189 – A licença de localização será renovada anualmente, sob pena de interdição do estabelecimento, na forma prevista pela legislação vigente, além da multa.

Artigo 190 – Para efeitos de fiscalização, o proprietário do Estabelecimento licenciado colocará o alvará de localização em lugar visível e o exhibirá à autoridade competente sempre que esta o exigir.

Artigo 191 – A concessão da licença não confere o direito de vender ou mandar vender mercadorias fora do recinto do estabelecimento localizado, salvo a hipótese de agenciamento para encomendas ou de pronta entrega, por parte de estabelecimentos de produção.

Artigo 192 – Para mudança de local do estabelecimento, deverá ser solicitada a necessária permissão à Prefeitura, que verificará se o novo endereço satisfaz às condições exigidas.

Artigo 193 – A licença de localização poderá ser cassada:

I – Quando se tratar de negócio diferente ao requerido;

II – Como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou do sossego e segurança pública;

III – Se o licenciado se negar a exhibir o alvará de localização à autoridade competente, quando solicitado a fazê-lo;

IV – Por solicitação da autoridade competente, provados os motivos que fundamentarem a solicitação;

§ 1º - Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§ 2º - Poderá ser igualmente fechado todo estabelecimento que exercer atividades sem a necessária licença expedida em conformidade e com o que preceitua esta seção.

Artigo 194 – Somente será permitida a venda de fogos de artifícios através de estabelecimentos comerciais localizados, que satisfaçam os requisitos de segurança.

Artigo 195 – Não será permitida a venda de bebidas alcoólicas nos locais de que trata o artigo 68 deste Código.

Artigo 196 – Os estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços e todos aqueles que, através do comércio ambulante, façam vendas de mercadorias ao público, serão obrigados a submeter anualmente à aferição os aparelhos ou instrumentos de medir por eles utilizados.

Artigo 197 – Aos infratores da presente seção será imposta a multa correspondente ao valor de 1/10 (um décimo) a 3 (três) vezes o valor da Unidade Padrão Fiscal de Bandeirantes, além das penalidades fiscais cabíveis.

Seção II

Do Comércio Ambulante

Artigo 198 – O exercício do comércio ambulante sempre de licença especial, que será concedida ou renovada a critério da Prefeitura e de conformidade com as prescrições da legislação fiscal do Município e do que preceitua este Código.

Artigo 199 – Da Licença concedida deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

- I – Número de inscrição;
- II – Residência do comerciante ou responsável;
- III – Nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio ambulante.

Parágrafo Único – O vendedor ambulante não licenciado para o comércio ou período que esteja sujeito à apreensão de mercadoria encontrada em seu poder, a qual será devolvida depois de satisfeitas as exigências legais, salvo se ela for perecível.

Artigo 200 – O vendedor ambulante de gêneros de consumo imediato no próprio local de venda deverá possuir recipientes apropriados para a coleta de resíduos ou de invólucros dos produtos vendidos.

Artigo 201 – É proibido ao vendedor ambulante, sob pena de multa é de cassação de licença:

- I – Estacionar nas vias públicas e em outros logradouros, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura;
- II – Impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas ou em outros logradouros;
- III – Transitar pelos passeios conduzindo carrinhos, cestos ou outros volumes grandes;
- IV – Deixar de atender as prescrições de higiene e asseio para a atividade exercida;
- V – Colocar à venda produtos impróprios para o consumo;
- VI – Deixar de revalidar a carteira de saúde nos prazos previstos pela Legislação Sanitária pertinente.

Artigo 202 – Na infração de qualquer artigo desta seção ou disposições regulamentares, será imposta a multa correspondente ao valor de 1/10 (um décimo) a 3 (três) vezes a Unidade Padrão Fiscal de Bandeirantes, além das penalidades fiscais cabíveis.

Capítulo II Do Horário de Funcionamento

Artigo 203 – A abertura e o fechamento dos estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviço, obedecerão o seguinte horário:

I – Para o comércio e os prestadores de serviços em geral:

A) Abertura às 8 horas e fechamento às 18 horas, nos dias úteis;

B) Abertura às 8 horas e fechamento às 12 horas, nos sábados, quando situados na sede do Município;

C) Abertura às 8 horas e fechamento às 18 horas, nos sábados, quando situados no interior do Município, inclusive na sede dos distritos e povoados;

D) Nos domingos e feriados civis ou religiosos permanecerão fechados, ficando vedada qualquer atividade.

II – Para indústria de modo geral:

A) Abertura às 7 horas e fechamento às 17 horas nos dias úteis.

B) Nos sábados, abertura às 7 horas e fechamento às 12 horas;

C) Nos domingos e feriados civis ou religiosos, permanecerão fechados, ficando vedada qualquer atividade.

III – Para as quitandas:

A) De 2ª feira a sábado, inclusive, das 8 horas às 19 horas.

B) Aos domingos e feriados, das 8 horas às 12 horas.

IV – Para os açougues e casas de carne, inclusive de aves:

A) Nos dias úteis, inclusive aos sábados, das 8 horas às 18 horas;

B) Nos domingos e feriados, das 8 horas às 12 horas;

V – Para as feiras livres; domingos das 7 horas às 12 horas

VI – Para padarias e confeitarias (fabricação e venda), bares, restaurantes, lanchonetes, sorveterias, empresas funerárias e borracharias: horário livre.

VII – Distribuidores e vendedores de jornais e revistas:

A) Nos dias úteis, inclusive aos sábados, das 8 horas às 20 horas;

B) Aos domingos e feriados: das 8 horas às 12 horas.

VIII – Barbeiros e cabeleireiros:

A) Nos dias úteis, inclusive aos sábados: das 8 horas às 20 horas;

B) Aos sábados e vésperas de feriados: das 8 horas às 22 horas.

IX – Para os varejistas de produtos farmacêuticos, as farmácias e drogarias – funcionarão conforme horário constante da Escala de Plantão Semanal, com vigência anual, elaborada pela Prefeitura e de acordo com os proprietários dos referidos estabelecimentos.

A) Nos dias úteis: das 8 às 18 horas, todas as farmácias e drogarias;

B) Nos dias úteis, inclusive aos sábados e domingos, feriados e dias santificados: das 8 horas às 22 horas, as farmácias e drogarias de Plantão Semanal.

C) As farmácias e drogarias, quando fechadas, deverão fixar na porta ou fachada do estabelecimento, a Escala de Plantão do dia, em lugar visível, para orientação do público.

Artigo 204 – Excetuam-se das disposições constantes no artigo anterior os estabelecimentos com horário de funcionamento estabelecido pelo Governo Federal.

Artigo 205 – Aos infratores de qualquer disposição do artigo 203 será aplicada a multa correspondente ao valor de 1/10 (um décimo) a 3 (três) vezes a Unidade Padrão Fiscal de Bandeirantes.

Artigo 206 – Por motivo de conveniência pública, a Prefeitura expedirá licença especial para a apropriação do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços e, ainda, para abertura e fechamento nos sábados, domingos e feriados civis e religiosos.

§ 1º - A licença de que trata este artigo somente será concedida aos estabelecimentos cujo funcionamento aos domingos e feriados não esteja sujeito à proibição ou restrição por Lei Federal que comprovarem a observância dos preceitos da legislação Federal que regulam o contrato de duração e as condições.

§ 2º - Para funcionamento de estabelecimentos com mais de um ramo de comércio em horário especial, é obrigatório o isolamento e o fechamento dos comportamentos cujos estoques não se enquadrem nas espécies para as quais é permitida a abertura neste horário.

Artigo 207 – São feriados religiosos municipais:

- A) Sexta feira da Paixão – móvel;
- B) Corpo de Deus – móvel;
- C) 03 de outubro – Dia da Padroeira de Bandeirantes;
- D) 08 de dezembro – Assunção de Nossa Senhora.

Artigo 208 - É feriado cívico municipal o dia 14 de novembro – Dia do Município.

TÍTULO V

Da Polícia Urbanística e de Obras

Artigo 209 – Nenhuma construção, reconstrução, demolição ou reforma de prédios poderá ser executada sem prévia licença da Prefeitura, requerida pelo interessado.

Parágrafo Único – Tratando-se de construção, para a qual se façam necessários alinhamento e nivelamento, serão estes solicitados à Prefeitura, em separado.

Artigo 210 – Nenhuma construção nova ou que tenha sofrido reforma substancial poderá ser habitada sem vistoria Municipal.

Artigo 211 – A execução de arruamentos e loteamentos, no município, depende de prévia aprovação e licença da Prefeitura.

Artigo 212 – As infrações dos dispositivos deste título serão punidas com multa, embargo da obra, demolição e interdição do prédio ou dependência.

§ 1º - A aplicação de uma das penas previstas neste artigo não exclui qualquer das demais, quando cabíveis.

§ 2º - A Prefeitura poderá ainda, representar ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura na forma da Legislação Federal competente.

Artigo 213 - O levantamento de embargo será concedido mediante petição da parte interessada, após a comprovação do cumprimento das exigências relacionadas com a obra ou instalações embargada e o pagamento dos tributos e multas aplicadas.

Artigo 214 - Se ao embargo seguir-se a demolição total ou parcial da obra ou se, em se tratando de risco, parecer possível evitá-lo, far-se-á prévia vistoria da mesma, nos termos do artigo 215.

Artigo 215 - A demolição será precedida de vistoria executada por técnicos habilitados na área, notificado o proprietário da realização da vistoria, com a antecedência de 10 (dez) dias, facultando-lhe a indicação de assistente técnico, a propositura de quesitos e a apresentação de laudo em conjunto ou em separado, sob pena de processar-se, à sua revelia, a vistoria e a demolição.

Parágrafo Único - A Comissão procederá do seguinte modo:

I - Designará dia e hora para a vistoria, notificando o proprietário nos termos deste artigo; não sendo ele encontrado, a notificação far-se-á por edital publicado pela imprensa, por 3 (três) vezes, com o prazo de 10 (dez) dias, e afixado no lugar do costume.

II - Não comparecendo o proprietário ou o seu assistente técnico, a Comissão fará os exames que julgar necessários, findos os quais dará seu laudo, dentro de 3 (três) dias, do qual constará o que for verificado, as providências que o proprietário deva adotar para evitar a demolição e o prazo que, salvo motivo de urgência, não poderá ser inferior a 3 (três) dias e nem superior a 90 (noventa) dias,

III - Do laudo se dará cópia ao proprietário, e se estes acompanhada da intimação, para o cumprimento das decisões nele contidas.

IV - A entrega da cópia e intimação referidas no item anterior, far-se-á contra recibo. Não sendo as pessoas ali referidas encontradas ou recusando-se elas ao recebimento, serão publicadas em resumo, por três vezes, pela imprensa e afixada no lugar de costume.

V – No caso de ruína iminente, a vistoria será feita de imediato, dispensando-se a presença do proprietário, se não puder ser encontrado de pronto, levando ao conhecimento do Prefeito as conclusões do laudo, para que ordene a demolição.

Artigo 216 – O proprietário, intimado do resultado da vistoria que concluir pela demolição, deverá iniciá-la no prazo de 15 (quinze) dias, concluindo no que lhe for assinado, sob pena de aplicação de multa.

§ 1º - Sem prejuízo da multa, poderá a Prefeitura proceder à demolição como providência de ordem administrativa, ou ajuizar a competente ação judicial para compelir o proprietário a fazê-lo.

§ 2º - Em execução de sentença, a demolição será feita pela Prefeitura quando não cumpra o proprietário a decisão judicial.

§ 3º - As despesas com a demolição feita pela Prefeitura serão pagas pelo proprietário do prédio com o acréscimo de 30% (trinta por cento) a título da taxa de administração.

§ 4º - Salvo o caso de ruína iminente, o ajuizamento da ação visando obstar a demolição suspende aquela determinada como providência de ordem determinada como procedência no cancelamento de multas eventualmente aplicados.

Artigo 217 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo ou disposições regulamentares, será imposta a multa correspondente ao valor de 1/10 (um décimo) a três (3) vezes a unidade Padrão Fiscal de Bandeirantes, além de outras penalidades fiscais cabíveis.

TÍTULO VI

Disposições Especiais

Artigo 218 – A expedição de certidões para defesa d direitos e esclarecimentos de situações deverá ser requerida ao Prefeito, independentemente de justificativa sobre a sua destinação.

Parágrafo Único – As certidões serão atendidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias. No mesmo prazo serão atendidas as Requisições judiciais, se outro não for fixado pela autoridade judiciária.

Artigo 219 – Os veículos de transporte coletivo inter-distritais, sem prejuízo da vistoria do Departamento Estadual de trânsito, serão rigorosamente inspecionados pelo administrador da Estação Rodoviária, para verificar se atendem aos requisitos de conforto, segurança e às condições de conservação.

Parágrafo Único – Os veículos de empresas inter-distritais, inter-municipais e inter-estaduais terão, na Estação Rodoviária da cidade, os seus pontos iniciais, intermediário ou final de linha, salvo disposição expressas da Prefeitura em contrário.

TÍTULO VII

Disposições Finais

Artigo 220 – Os prazos previstos neste Código serão contados nos termos do Código de Processo Civil.

Artigo 221 – O Executivo publicará, anualmente, decreto estabelecido o valor da Unidade Padrão Fiscal para vigorar no exercício seguinte.

Parágrafo Único – Na fixação do valor da Unidade Padrão Fiscal, serão desprezadas as frações de cruzeiro.

Artigo 222 – No conflito entre este Código e o Código Tributário, relativamente ao valor das multas, ou outras cominações, prevalecerão as daquele.

Artigo 223 – O contribuinte multado 3 (três) vezes por uma mesma infração terá cassado o alvará de localização e funcionamento de seu estabelecimento.

Artigo 224 – O lugar do costume para a afixação de editais, referido neste Código, é quadro de editais do saguão da Prefeitura.

Artigo 225 – A publicação de editais pela imprensa, referida nesta Lei, far-se-á no órgão oficial de imprensa do Município ou naquele que publicar os atos oficiais.

Artigo 226 – Fica estabelecido que as vias públicas Avenida Bandeirantes e Avenida Espírito Santo, terão gabarito especial para as construções, assim estabelecido:

Avenida Bandeirantes trajeto entre a Rua Santa Catarina e Praça Kennedy; Avenida Espírito Santo entre as Avenidas Marechal Floriano e Minas Gerais, o Gabarito mínimo é para construção de 3 (três) pavimentos: térreo e dois andares; a Avenida Espírito Santo, no trajeto compreendido entre a Avenida Espírito Santo, no trajeto compreendido entre a Avenida Minas Gerais até a Praça Presidente Castelo Branco, o gabarito mínimo é para construções de 2 (dois) andares, para as construções novas ou as que venham a ser ampliadas.

Artigo 227 – Esta Lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário e, especialmente, as Leis nº 26, de 17/12/1948; nº 640, de 11/08/1967; nº 1030, de 27/03/1972; nº 1215, de 11/04/1975 e nº 1327, de 28/04/1978.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 27 de junho de 1979.

José Fernandes da Silva
Prefeito Municipal

